

Ata da 16ª Reunião da Comissão Técnica Consultiva do Sistema Nacional de Certificação de Unidades Armazenadoras

Às oito horas e quarenta e cinco minutos do dia vinte e sete de julho de dois mil e onze, na sala de reuniões nº 3 da Sede da EMBRAPA Soja – Londrina - PR, ocorreu a décima sexta reunião da Comissão Técnica Consultiva do Sistema Nacional de Certificação de Unidades Armazenadoras, com a finalidade de ultimar a preparação da reunião com os Organismos de Certificação de Produtos – OCP's e Universidades credenciadas a formação de auditores, ocorrido no mesmo dia, na parte da tarde, assim como o encontro com representantes do Setor Armazenador de todo país, realizado no dia 28 de julho, no auditório principal da EMBRAPA Soja, com vistas a avaliar e esclarecer ao Setor as normas estabelecidas na Instrução Normativa nº 29, de 8 de junho de 2011, conforme Requisitos Técnicos Obrigatórios ou Recomendados para Certificação de Unidades Armazenadoras em Ambiente Natural, e do Regulamento de Avaliação da Conformidade das Unidades Armazenadoras – RAC. A reunião contou com a participação dos membros e convidados constantes da lista de presença anexa. O Senhor Irineu Lorini, membro da Comissão Técnica Consultiva do Sistema Nacional de Certificação de U.A. e pesquisador da Embrapa Soja, apresentou o Senhor Alexandre José Cattelan, Chefe-Geral da Embrapa Soja, que acolheu os membros da Comissão com as boas vindas e desejo sucesso na realização do encontro, seguido das manifestações dos Senhores Carlos Alberto Nunes Batista - Secretário Executivo, que agradeceu a gentileza pelo pronto atendimento da solicitação da Comissão, para que pudesse realizar o evento na Embrapa Soja – Londrina e do Senhor Milton Libardoni, Coordenador da Comissão Técnica Consultiva que cumprimentou-o em nome de todos os membros do colegiado. O Senhor Milton Libardoni, Coordenador da Comissão, acolhendo aos membros presentes, justificou a ausência do Senhor Lafaiete Fernandes de Oliveira, membro da comissão e representante da Conab, mas registrou a presença dos técnicos Senhores Ricardo Pires Tomé e Rafael Bueno, ambos da Conab Brasília, que colaboraram efetivamente com o desenvolvimento dos trabalhos da atual Comissão ao longo deste semestre, em torno dos requisitos técnicos obrigatórios ou recomendados para a Certificação de Unidades Armazenadoras em Ambiente Natural. Em seguida, o Senhor Milton Libardoni, lembrou que uma parte dos trabalhos destinava-se ao diálogo com os representantes dos Organismos de Certificação de Produtos – OCP's no período da tarde, pedindo aos relatores de cada requisito técnico que se manifestassem nas eventuais perguntas ou dúvidas que ali fosse apresentada pelos OCP's. Disse que iria sugerir aos OCP's que todas as dúvidas não esclarecidas ou novas fossem formalizadas e encaminhadas a ele para direcionamento ao respectivo relator do tema e aos demais membros da Comissão para consulta e subsídio de resposta, como forma de trabalhar em colegiado. Em seguida, o Senhor Carlos Alberto, pediu para registrar a presença do professor Tetuo Hara, membro efetivo da Comissão e professor titular do Centro Nacional de Treinamento em Armazenagem - CENTREINAR, que iniciou sua fala dizendo que a IN 29 está "ligth", em comparação às exigências do ISO 22000. O Senhor Irineu Lorini, pediu a palavra e disse que na última semana conversou com muitas pessoas do setor de armazenagem, considerando um grande aprendizado para o país e um sistema único no

Ptf

DR

DR

DR

DR

mundo, assim como um grande passo para a qualidade do alimento e de produtos agropecuários. Lembrou que para o encontro com os armazenadores (dia seguinte) estão confirmados cerca de cento e cinqüenta pessoas representantes do Setor, vindos dos Estados do Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Goiás, São Paulo, Santa Catarina e Paraná. Alertou para a grande responsabilidade da Comissão Técnica, afirmando ser este o momento, de fato, de fazer com que as coisas aconteçam. Disse que a Certificação das Unidades Armazenadoras é um caminho definitivo, um aprendizado para todos e que tem muitas coisas nos requisitos que poderiam estar melhor, diferentes, mas devemos fazer um pacto com o Setor, que precisa saber quando vamos nos reunir, o que é preciso melhorar, o que vamos mudar, pois a credibilidade da Certificação foi afetada e nós temos que dar a nossa parcela de contribuição, assegurando a credibilidade do empreendimento. O setor privado, as pessoas, as empresas, tem que ganhar, mas não podem só pensar na remuneração, devem pensar no crescimento como um todo e todos terão ganhos na cadeia produtiva. Precisamos ter as Universidades bem mais aproximadas do Setor; as certificadoras junto conosco, nos ajudando no desenvolvimento do trabalho, caminhando juntos na implementação do Sistema. O Senhor Paulo Junqueira pediu a palavra, ratificou o que disse o Senhor Lorini e informou que nos últimos quinze anos o Setor privado vem reduzindo a sua participação no mercado, pelo menos na região do Estado de Goiás. Disse que quem está investindo, são as Agroindústrias, por necessidade. O Senhor Milton Libardoni, fez comentário sobre o Projeto de Lei que torna obrigatório a forração, com lonas, do compartimento de cargas dos caminhões que transportam grãos e falou sobre o processo de treinamento de gerentes da Conab para trabalhar em Unidades Armazenadoras. O Professor Tetuo pediu a palavra para complementar que o CENTREINAR atingiu a marca de vinte e um mil alunos treinados, sendo que das Estatais, são pouquíssimos treinados, principalmente a Conab. Disse que o CENTREINAR está treinando o pessoal de Cooperativas e de empresas privadas, mas acrescentou dizendo que há a necessidade de uma continuidade do processo. A reciclagem é necessária em virtude das várias modificações implementadas na atividade que é dinâmica e se moderniza através do tempo. Acrescentou que outro ponto que o Setor precisa repensar é o armazenamento em nível de fazenda, exemplificando que no Oeste do Canadá, oitenta e seis por cento da capacidade armazenadora é nesse nível. Nos Estados Unidos representa pouco mais de cinqüenta e cinco por cento e quem faz estas normas não é o governo, mas as associações de produtores ou fabricantes de equipamentos. O Senhor Milton Libardoni falou sobre a construção de Armazéns a nível de fazenda e do Plano Nacional de Armazenagem. Em seguida, o Senhor Irineu Lorini, comentou que do jeito que está hoje, dá medo a armazenagem de fazenda, pela falta de mão de obra qualificada na zona de produção. O produtor sabe produzir, mas não sabe armazenar, embora tenham algumas regiões do país, como o Centro-Oeste que se encontra bem tecnicamente, outras nem tanto. O Senhor Paulo Carneiro lembrou que sobre esse assunto o Ministério da Agricultura está criando um grupo de trabalho que vai estudar os problemas de armazenagem, e ele estará representando a OCB nesse colegiado. Em seguida, o Senhor José Ronaldo Quirino disse que a participação do armazenador em nível tem se avolumado e não pode ser considerado como uma evolução. O que se observa no Centro-Oeste,

PLF

MB

DR-DR-DR-DR-DR

mencionando os Estados de Goiás e Mato Grosso é que não está sendo mensurados os prejuízos que o país está tendo em função da atuação de pessoas sem qualificação na armazenagem de produtos. Disse ainda que estava tendo dificuldades com os armazenadores na questão de qualidade de classificação, em função de produtores que jogam produtos no armazém, sem observar os aspectos técnicos e operacionais envolvidos. Em relação à mão de obra, cada um tem que procurar fazer a sua parte. O Senhor Alcemir Chiodelle, disse que o Setor não se deve cometer os erros que estão sendo cometidos; que há necessidade de mudanças e o que vai mudar para o armazenador é o custo benefício, resultado do que está se fazendo; que o Setor produtivo tem que se conscientizar das adequações; que os bancos têm que viabilizar o financiamento ao produtor nas questões relacionadas a armazenamento de alimentos, pois hoje esse processo é bastante complicado; concluiu a fala dizendo que a qualidade não se melhora por força de Lei, mas por atitudes das unidades armazenadoras que vêm o benefício advindo das melhorias implantadas e o foco tem que estar voltado para a cadeia do produtor, onde a Comissão tem papel fundamental. Em seguida, o Senhor Carlos Alberto pediu a palavra, retomando a pauta da convocação e submeteu à aprovação do colegiado a Ata da Décima Quinta Reunião Ordinária, que havia sido encaminhada com antecedência a todos os membros da Comissão. Não houve manifestação contrária e a Ata foi aprovada. O Senhor Milton Libardoni, disse que achou os depoimentos muito importantes para a reunião, sugeriu ao Secretário Executivo convidar representantes do Setor Agroindustrial, de Bancos oficiais e professores ligados à área de produção agrícola para fazer parte do Grupo de Trabalho do Plano Nacional de Armazenagem. Carlos Alberto leu os itens da pauta, lembrou da preparação do encontro com os Organismos de Certificação de Produtos – OCP's e fez breve avaliação sobre a Instrução Normativa 29/2011, esclarecendo que após ter consolidado os trabalhos da Comissão, foi feito um comparativo de todas as alterações e por obrigação institucional foi submetido à Consultoria Jurídica do Ministério da Agricultura. Esclareceu ao Senhor Lorini sobre as Instruções Normativas 41/2010, que trata do escalonamento das novas datas em relação à IN 03/2010 e a 29/2011, que publica os Requisitos Técnicos, reforçando das explicações do Senhor Milton Libardoni. O Senhor Rafael, da Conab, pediu para observar o Quadro Resumo da IN 29/2011, item doze dos Requisitos Técnicos, informando que não devia constar o índice 01 - das Unidades Convencionais - Moega, ou seja, o quadro deste item deveria estar em branco, assim como na página quinze. Após a releitura do item, constatou-se a necessidade da alteração. Perguntado ao Senhor Carlos se tinha como suprimir a frase “Também não se aplica a exigência de moegas para as unidades armazenadoras na modalidade convencional”, respondeu que não poderia fazer revisão a qualquer momento. O Senhor Lorini comentou que ao longo do tempo, quando estas questões tiverem melhor digeridas deverão haver correções. – Poderíamos marcar uma revisão para o final do ano que vem, mas não impede que o Sistema avance, disse o Senhor Lorini. O Senhor Milton Libardoni sugeriu que fosse criado um arquivo de alterações futuras dos requisitos. Em seguida o Senhor Milton Libardoni, passou para o item três da pauta “Preparação do encontro com os OCPs, Setor Armazenador e Universidades credenciadas para formação de auditores” e pediu a opinião de todos como a Comissão iria conduzir a reunião com os OCP's. Sugeriu que a

PF

YCP

DR. C. J. P. M.

Comissão ouvisse as dúvidas e outros reclames dos OCPs acerca dos itens modificados nos Requisitos Técnicos Obrigatórios ou Recomendados, do reescalonamento da implantação do sistema e das dificuldades que os OCPs enfrentam, para depois se fazer algumas ponderações, mesmo porque, no dia seguinte seriam feitos os esclarecimentos junto com o Setor Armazenador. O Senhor Milton Libardoni acrescentou que gostaria de um tempo de cinco ou dez minutos para explicar aos representantes dos OCPs, antes deles apresentarem suas postulações, para explicar a razão das alterações da Instrução Normativa que estão baseadas em uma proposta do Setor Armazenador, que foi ao Ministro da Agricultura e mereceu a acolhida, que resultou na reformulação da norma. Enfim, contextualizar o que foi feito pela Comissão. Após discussão sobre a preparação da reunião com os OCP's, ficou definido que seriam acolhidos todas as questões formuladas por um representante de cada Organismo e as respostas seriam prestadas pelo relator do respectivo requisito, definido em reuniões anteriores, assim como seriam ouvidas as sugestões das Universidades. Na sequência, ficou definida a ordem da apresentação dos relatores, na reunião com o setor armazenador em plenário, a realizar-se no dia 28 de julho. Nada mais havendo a ser tratado o Coordenador, Senhor Milton Libardoni, agradeceu a participação de todos e às 12:30 minutos deu por encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata.

